



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 2, Bloco L, Lote 06, Edifício Capes, 13º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70040-020
Telefone: (61)2022-6002 e 2022-6851 - www.capes.gov.br

Ofício nº 639/2020-GAB/PR/CAPES

Brasília, 17 de julho de 2020.

Aos(as) Senhores(as)
Coordenadores(as) de Área de Avaliação, Adjuntos(as) de Programas Acadêmicos, Coordenadores(as) de Programas Profissionais

Assunto: **Resposta ao Manifesto das Áreas de Avaliação da Capes.**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23038.014567/2020-93.

Senhores(as) coordenadores(as),

1. Cumprimos, acusamos recebimento do Manifesto das Áreas de Avaliação da CAPES, subscrito por 47 das atuais 49 áreas de avaliação da CAPES e enviado no dia 3 de julho de 2020.
2. Preliminarmente, compartilhamos o sentimento de que a avaliação periódica de permanência dos programas de pós-graduação, realizada pela Capes desde 1976, com a ativa participação da comunidade acadêmica, bem como a construção dos Planos Nacionais de Pós-Graduação têm contribuído sobremaneira não apenas para a consolidação do sistema de pós-graduação brasileiro, mas também para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.
3. Nesse sentido, entendemos as preocupações externadas no referido documento, mas gostaríamos de esclarecer, em especial, os quatro pontos levantados nos seguintes termos, transcritos a seguir:
 1. Portaria 34 que modifica o modelo de distribuição de bolsas de pós-graduação;
 2. Portaria 70 que estabelece normas para o funcionamento dos polos que irão oferecer cursos de pós-graduação *stricto sensu* no modelo de educação a distância (EaD), sem considerar o relatório produzido pelo grupo de trabalho de criação de critérios de avaliação para as propostas de programas de pós-graduação *stricto sensu* para cursos novos na modalidade de educação a distância (GT-EaD);
 3. Portaria 71 que, entre outras medidas, propõe discutir a redução no número de áreas baseado no trabalho de comissão especial, tema que exige ampla discussão a partir das coordenações de áreas;
 4. Decisão de atipicamente encerrar o prazo para fechamento do relatório Sucupira em dezembro de 2020, ano de implementação de diversas mudanças importantes na plataforma.

Portaria 34/2020

4. Ao instituir um modelo de redistribuição de bolsas a CAPES partiu de uma constatação praticamente uníssona em toda a comunidade acadêmica: a de que haviam diversas disparidades no atendimento aos programas de pós-graduação.
5. O estabelecimento de critérios objetivos teve como propósito equalizar essas inconsistências, mediante a aplicação de regras isonômicas, fundadas em critérios objetivos e

mensuráveis.

6. Tais critérios constam das Portarias nº 18, nº 20 e nº 21, de fevereiro de 2020. Cada Portaria destina-se a programas de fomento específicos, mas todas contêm a seguinte métrica de aferição dos quantitativos de bolsas:

- a) parte-se de uma tabela de quantitativos de bolsas estruturada a partir da nota e do nível (mestrado ou doutorado) de cada curso de pós-graduação;
- b) aplica-se um fator multiplicador para favorecer municípios com menor desenvolvimento humano, utilizando-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município onde é ofertado o curso; e
- c) aplica-se um fator multiplicador relacionado à titulação média do curso, de modo a permitir diferenciar cursos pelo seu tamanho.

7. Portanto, o que se buscou foi a "aproximação" dos quantitativos de bolsas de cada curso para padrões mais próximos de um patamar isonômico. Decorrência natural desse movimento é que os cursos atendidos em excesso acabam por sofrer diminuição de fomento, enquanto que os cursos historicamente mal atendidos recebem mais bolsas.

8. O ritmo dessa "aproximação" foi definido pelo art. 6º das Portarias nº 18, nº 20 e nº 21, de fevereiro de 2020, ao estabelecer limites para perdas e ganhos (piso e teto de 10% para cursos de nota 3, 4 ou 5 e piso de 10% e teto de 30% para cursos de nota 6 ou 7).

9. Como se verifica a partir das justificativas apresentadas, a Portaria nº 34, de março de 2020, não afastou nenhum dos critérios do modelo de redistribuição incluídos pelos normativos anteriores; apenas alterou, por meio do seu art. 8º, os percentuais relacionados ao ritmo de "aproximação" dos quantitativos de bolsas de mestrado e doutorado de cada curso para padrões mais próximos de um patamar isonômico e definiu, por meio de seu art. 5º, os requisitos para um curso ser passível de fomento.

10. A publicação da Portaria nº 34 fez com que 860 cursos de pós-graduação (15% do total de cursos apoiados) perdessem 1.477 bolsas e 820 cursos (14% do total de cursos apoiados) fossem beneficiados com um adicional de 2.387 bolsas. Para 4.131 cursos (71% do total de cursos apoiados), a publicação da referida norma não implicou em alteração imediata do número de bolsas, quando somados as cotas curso e as de empréstimos. Diante desse processo de redistribuição de bolsas, observa-se que houve incremento médio de 2,91 bolsas por curso beneficiado, enquanto dentre os cursos que perderam bolsas uma redução média de 1,71 bolsas por curso.

11. Vale ressaltar que 99,75% dos cursos que tiveram aumento do número de bolsas possuem notas 5, 6 ou 7, enquanto 84,9% dos que tiveram redução possuem nota 3 ou 4.

12. Além da movimentação de bolsas entre os cursos, o resultado prático da aplicação do modelo em 2020 foi o aumento de quase 4 mil bolsas disponíveis para os programas de pós-graduação, em relação ao total de bolsas disponíveis em fevereiro de 2020, conforme a tabela seguinte:

Programa de Fomento	Total de bolsas em fevereiro/2020	Total de bolsas após Portarias nº 18, nº 20 e nº 21	Total de bolsas após Portaria nº 34
DS	50.277	51.267	51.084
PROEX	20.779	22.276	23.595
PROSUC	6.501	6.736	6.493
PROSUP	2.715	3.080	3.097
Total	80.272	83.359	84.269

13. Haja vista que somente as bolsas desocupadas no momento de implementação do modelo puderam ser redistribuídas, as bolsas *empréstimo* finalizadas ao longo de 2020 serão redistribuídas como bolsas das cotas dos cursos em 2021, conforme disponibilidade orçamentária da CAPES.

14. Destacamos que as bolsas *empréstimo* alocadas em 2020, em termos numéricos, poderão continuar no Curso passando para cota do curso o que pode ocorrer, por exemplo, se o indicador "número médio de titulados" tenha aumentado no ano de 2019 e provoque mudança da faixa na qual se encontra no momento. Note que o período considerado na aplicação do modelo foi de 2015 a 2018 e para 2021 deverá ser utilizado, para o cálculo desse indicador, o período de 2016 a 2019.

15. Destacamos ainda, que não houve prejuízo para os atuais bolsistas, uma vez que o art. 10 das Portarias nº 18, nº 20 e nº 21, de fevereiro de 2020, assegura a manutenção das bolsas até o final de sua vigência, de forma a permitir que todos os alunos concluam os estudos em andamento.

16. Ressaltamos, por outro lado, que o atual modelo será objeto de atenção em termos do seu aperfeiçoamento, conforme já anunciamos, e sugerido pelo Conselho Superior da CAPES, de forma que o tornemos mais justo e adequado aos diferentes perfis dos Programas de Pós-Graduação do país.

17. Finalmente, informamos que estudos técnicos já estão sendo levados a efeito para aperfeiçoamento do modelo, a partir das diversas sugestões que temos recebido.

Pós-graduação *stricto sensu* a distância

18. No que se refere à Portaria CAPES nº 70/2020, esclarecemos que, ainda em 2018, como resultado do primeiro GT-EaD, que tinha como objetivo regulamentar a pós-graduação *stricto sensu* a distância, foi publicada a Portaria CAPES nº 275/2018. O referido normativo dispunha sobre os programas nesse nível e nessa modalidade de ensino e já preconizava, em seu art. 8º, que a criação de polos em educação à distância dependeria de autorização da Capes.

19. Em 2019, a Portaria CAPES nº 275/2018 foi revogada pela Portaria CAPES nº 90/2019. Este novo normativo, manteve o dispositivo que trata sobre a necessidade de normatização quanto à autorização de criação de polos. Dessa forma, iniciou-se, em fevereiro de 2019, uma ampla discussão capitaneada pela Diretoria de Avaliação (DAV/Capes) e pela Diretoria de Educação a Distância (DED/Capes), que resultou na Portaria Capes nº 70/2020, a qual visa a regulamentar o parágrafo único do art. 8º da Portaria Capes nº 90/2019, que diz:

Art. 8º As atividades presenciais previstas no projeto dos cursos poderão ser realizadas na sede da(s) instituição(ões), em ambiente profissional ou em polos de educação a distância, que deverão ser regularmente constituídos e deverão acompanhar a proposta atendendo aos requisitos da organização da pesquisa adotada pela instituição.

Parágrafo único. A criação de polo de educação a distância, para curso *stricto sensu*, regulada por esta Portaria, de competência da instituição de ensino já credenciada para a oferta nesta modalidade, fica condicionada a autorização da Capes através de instrumento específico.

20. Além do primeiro grupo de trabalho, supracitado, em abril de 2019 foi instituído um segundo GT-EaD, com o objetivo de propor critérios de avaliação para as propostas de programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade a distância. Para essa ação, todas as informações constantes no Relatório Final do grupo foram levadas em consideração.

21. Nada obstante, além de o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 já ter estabelecido que atividades presenciais referente à educação a distância poderiam ser realizadas em polos EaD, a oferta de pós-graduação *stricto sensu* em polos também já estava prevista tanto na Portaria CAPES 90/2019 quanto na Resolução CNE/CES 7/2017 (§ 1º do art. 3º), devendo, assim, ser acatada pela Capes.

22. Portanto, em razão de termos considerado que o assunto já vinha sendo amplamente discutido no âmbito da Capes, a Portaria 70 se deteve apenas a regulamentar aspectos técnicos, baseando-se nos dispositivos legais e nos estudos do GT-EaD.

23. Sem embargo, a CAPES, atenta às preocupações pedagógicas, estabeleceu no artigo 5º da Portaria 70/2020 que, para a solicitação de autorização de polos, a proposta deve comprovar o atendimento aos requisitos mínimos dispostos nos documentos orientadores de APCN, respeitando assim os critérios de avaliação propostos por casa área de avaliação.

24. Enfatizamos, que o propósito da Portaria 70 não foi o de minimizar exigências de autorização de polos ao atrelar aos documentos de APCN. Conforme previsto no artigo 6º da referida Portaria, para a devida autorização de funcionamento de um Polo, este deve ser objeto de visita *in*

loco da CAPES, como subsídio para o processo de avaliação e aprovação da proposta de novo curso na modalidade a distância.

25. Além dessa ressalva, constante na referida portaria, a CAPES, sempre interessada nos anseios da comunidade acadêmica, já iniciou reuniões com especialistas da área de educação a distância para discutir o conteúdo da Portaria Capes nº 70/2020 objetivando avaliar a necessidade de realizar aperfeiçoamentos no texto, que considerem todos os aspectos inerentes à autorização de um Polo EaD. Para tanto, será instituído um Grupo de Trabalho, a partir de consulta ao CTC-ES para indicação de representantes dos três Colégios da CAPES, cujas propostas do serão posteriormente apreciadas pelo CTC-ES.

26. Aproveitamos o ensejo para reafirmar a nossa proposta, já comunicada em recente reunião *web* com as áreas de avaliação, de realização de um amplo evento para discussão do tema EaD no *stricto sensu*, focado nas questões metodológicas envolvidas, em razão da dimensão que tem alcançado o referido tema, sobretudo nesse tempo de pandemia.

Atualização da classificação de áreas de avaliação no âmbito da Capes

27. Com relação à Portaria Capes nº 71/2020, ponderamos que a Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020, composta de representantes da Capes, do CNE e de instituições de ensino superior de diferentes regiões do país, publicou em fevereiro de 2020 um relatório, disponível publicamente no sítio da Capes, com uma Proposta de Aprimoramento da Avaliação da Pós-Graduação Brasileira para o Quadriênio 2021-2024. Entre outras sugestões, o relatório apontou o seguinte:

4.3 Áreas de Avaliação

Em função da crescente interdisciplinaridade e da evolução do conhecimento, a atual organização em 49 áreas de avaliação não se ajusta à realidade atual da ciência, cada vez menos segmentada. Assim, sugerimos reduzir substantivamente o número de áreas de avaliação tendo como referência as nove grandes áreas do conhecimento.

28. Aclaramos que tal relatório, foi apresentado ao Conselho Superior que sugeriu ser amplamente discutido com as áreas e os PPGs no SNPG, o que tem sido diligentemente levado a efeito pela referida comissão. Oportunamente, o documento será oportunamente encaminhado de maneira formal ao Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), para apreciação e análise quanto à forma de implementação das recomendações feitas à CAPES, notadamente no que se refere ao processo avaliativo da pós-graduação *stricto sensu* brasileira.

29. No entanto, considerando que o relatório não se aprofundou no tema e buscando subsídios baseados em critérios científicos para criar um espaço de amplo diálogo sobre o referido tema, a Portaria Capes nº 71/2020 instituiu uma comissão especial destinada a propor formas de atualização da classificação de áreas de avaliação no âmbito da Capes. Destacamos que tal comissão, como não poderia ser diferente, tem caráter meramente propositivo e não deliberativo, nos termos da referida portaria. Além das valiosas contribuições que certamente serão recebidas da comissão, a Capes está aberta para a colaboração de toda a comunidade.

30. Ressaltamos que, por se tratar de assunto da mais alta importância, submeteremos a matéria, após o amplo debate, à deliberação do Conselho Superior (CS) da CAPES.

31. Deixamos consignado, por oportuno, que não há e nunca houve, por parte da Presidência da CAPES, defesa de qualquer concepção prévia acerca de determinada configuração de áreas de avaliação da CAPES, sendo perfeitamente possível e desejável que se formulem objetivamente todas as críticas e propostas que se entender cabíveis.

Prazo para encaminhamento do relatório anual dos PPGs na Plataforma Sucupira

32. Por fim, com relação ao prazo para encaminhamento do relatório anual dos programas de pós-graduação por meio do módulo Coleta na Plataforma Sucupira, esclarecemos que essa data ainda não foi definida e só será considerada oficializada quando de sua publicação no Calendário DAV/Capes.

33. A ideia de antecipação do prazo do Coleta foi posta apenas como uma proposição à comunidade, com vistas à busca de maior celeridade no processo da avaliação quadrienal, em virtude da necessidade de divulgação com a maior brevidade possível dos seus resultados, contudo, desde que fosse plenamente viável em todas as suas etapas. Portanto, temos convicção da necessidade de levar em consideração os efeitos da pandemia que atravessamos e que têm dificultado as atividades normais dos PPGs.

34. Ressaltamos que entendemos ser este exercício acadêmico de 2020 completamente atípico e que deveremos considerar todas as possibilidades possíveis relacionadas à implementação de ações relacionadas à avaliação das atividades acadêmicas da pós-graduação, sem que haja prejuízo para qualquer PPG em virtude da diversidade de situações em se encontram as IES integrantes do SNPG por conta da pandemia.

35. Outrossim, informamos que a referida questão de calendário de avaliação será levada para debate no âmbito do CTC-ES, no dia 22 de julho de 2020, para a devida apreciação e respectiva decisão. Dessa forma, a Capes busca estimular interlocuções acerca das pautas de interesse da comunidade científica para que as decisões sejam tomadas da forma mais democrática possível, respeitando sempre o ordenamento jurídico em vigor.

36. Com a certeza de que juntos faremos um excelente e necessário trabalho para aprimorar o processo avaliativo da pós-graduação *stricto sensu*, colocamo-nos à disposição para mais esclarecimentos e permanecemos sempre abertos ao diálogo e à cooperação.

Atenciosamente,

Benedito Guimarães Aguiar Neto

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Benedito Guimarães Aguiar Neto, Presidente**, em 20/07/2020, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria nº 01/2016 da Capes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1250181** e o código CRC **F98E50D2**.